



Anais da Assembleia

N.º 78

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 115ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1977 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 14/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 256/77 - aprova os termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOLEDO, objetivando execução em próprios estaduais que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 36/77.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1977

Presidência do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan

Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Valter Pietrângelo (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Edilson Alencar, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato e Jayme Rodrigues Carvalho (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está em discussão a ata. (Pausa).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, pelo que me parece não está havendo quorum para a aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão. Continua em discussão a Ata. Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a APROVADA.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem 72/77

Curitiba, 15 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Paranaense de Mineração, bem como a constituir a empresa Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR.

O plano de lei ora proposto é altamente significativo e consulta aos superiores interesses do Estado, eis que virá dotar a Administração de eficiente instrumento, capaz de assegurar condições a um efetivo desenvolvimento nas atividades de mineração no Estado do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos firmada pelo Sr. Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, contém os necessários detalhes sobre o interesse público, a conveniência e oportunidade da medida ora submetida a exame dessa augusta Assembleia Legislativa.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica instituído o FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, cujos recursos destinar-se-ão a prover e financiar estudos e trabalhos de levantamento geológico, pesquisa mineral, lavra de jazidas e investigações e desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral, inclusive instalações e equipamentos, relacionados com o aproveitamento dos recursos minerais.

Art. 2.º O FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO será constituído:

I. Da cota do Imposto Único sobre Minerais pertencentes ao Estado;

II. Das dotações consignadas no orçamento geral do Estado;

III. Dos rendimentos de depósitos e aplicações do próprio FUNDO;

IV. Do valor referente ao total dos depósitos mantidos na conta do Imposto Único sobre Minerais, anteriores à criação do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO e dos rendimentos referentes à movimentação dessa conta;

V. Das receitas oriundas de convênios, acordos ou outros ajustes;

VI. Dos recursos oriundos de empréstimos contraídos por antecipação de receita;

VII. Do produto da alienação de bens patrimoniais.

Art. 3.º A Administração do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, mediante o respectivo contrato de concessão, à empresa Minerais do Paraná S/A., MINEROPAR, Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que o Poder Executivo fica autorizado a constituir e dela participará subscrevendo ações: na forma prevista no art. 4.º.

§ 1.º A MINEROPAR terá personalidade jurídica, de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

§ 2.º A MINEROPAR terá sede e foro na cidade de Curitiba e o prazo de duração indeterminado.

Art. 4.º O Capital Social autorizado da empresa de economia mista Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, é de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), dividido em 14.000.000 (quatorze milhões) de ações ordinárias e 6.000.000 (seis milhões) de ações preferenciais, cada uma no valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), todas nominativas, devendo o Estado, diretamente ou por intermédio de entidades de administração indireta, subscrever pelo menos 51 por cento das ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo Único. Nos aumentos de capital que venham a ocorrer por deliberação das Assembléias Gerais, o Estado fica obrigado a subscrever ações, de forma a respeitar o limite previsto neste artigo, podendo, para tal fim, utilizar recursos do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO.

Art. 5.º A integralização do capital subscrito pelo Estado, será realizada da seguinte forma:

I. No corrente exercício financeiro através da dotação orçamentária: elemento 4.1.5.0 - Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas, do projeto 1937 - Participação na constituição do capital de Empresas Públicas, ou Sociedades de Economia Mista, da unidade orçamentária-Gabinete do Secretário - Entidades vinculadas - SEIC, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros);

II. Mediante dotações orçamentárias consignadas nos exercícios financeiros de 1978 e 1979, créditos especiais ou incorporações de bens.

Art. 6.º A MINEROPAR, além da administração do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, terá por objetivo a pesquisa, lavra, beneficiamento e industrialização dos minerais do Estado do Paraná.

Art. 7.º As atividades da MINEROPAR são as discriminadas em seus Estatutos Sociais.

Art. 8.º Poderá a MINEROPAR participar acionariamente de atividades que representem interesse para os seus objetivos sociais.

Art. 9.º Além dos recursos decorrentes do seu patrimônio constitutivo, a MINEROPAR poderá contar com os seguintes recursos:

- a. Renda industrial;
- b. Remuneração por serviços prestados;
- c. Operações de crédito;
- d. Rendas eventuais.

Art. 10. A MINEROPAR reger-se-á por esta Lei, por seus Estatutos, pela Legislação específica às sociedades por ações e, subsidiariamente, pelas disposições legais e normativas que lhe sejam aplicáveis.

Art. 11. A MINEROPAR será administrada por:

- I. Conselho de Administração;
- II. Diretoria Executiva.
- III. Conselho Fiscal.

§ 1.º O Conselho de Administração será constituído de 5 (cinco) membros eleitos pela Assembléia Geral com mandato de dois (02) anos, permitida a reeleição.

§ 2.º A Diretoria Executiva será constituída de três (03) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois (02) anos, permitida a reeleição.

§ 3.º O Conselho Fiscal será composto de três (03) membros efetivos e três (03) membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.

Art. 12. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, cujo montante não poderá exceder ao fixado para os Secretários de Estado.

Art. 13. Na qualidade de administradora do Fundo Paranaense de Mineração, a MINEROPAR perceberá anualmente, a título de retribuição pelos serviços concedidos, a importância de até 10 por cento dos recursos recolhidos à conta do Fundo. (Art. 2.º).

Art. 14. O Fundo Paranaense de Mineração é dotado de personalidade contábil e sua caixa será totalmente distinta da caixa da MINEROPAR.

Art. 15. Os recursos do Fundo Paranaense de Mineração aplicar-se-ão, exclusivamente, nas operações seguintes:

- a. Na realização de despesas gerais, visando possibilitar os estudos e trabalhos de levantamento geológico;
- b. Na cobertura de despesas operacionais referentes às pesquisas minerais realizadas pela MINEROPAR;
- c. Na cobertura de despesas decorrentes da lavra de jazidas;
- d. Na cobertura de despesas decorrentes de investigação e desenvolvimento de processo de beneficiamento mineral;

e. Na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e de consumo, equipamentos e instalações destinados à exploração dos recursos minerais do Estado;

f. Na associação com capitais cujos objetivos se enquadrem no art. 1.º desta Lei.

Art. 16. Os exercícios financeiros da MINEROPAR e do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO coincidirão com o exercício civil.

Art. 17. O saldo positivo do Fundo apurado em balanço, em cada exercício, passa para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 18. Os acréscimos patrimoniais provenientes da utilização dos recursos do Fundo Paranaense de Mineração serão incorporados ao patrimônio do próprio Fundo.

Art. 19. Os recursos do Fundo Paranaense de Mineração serão aplicados pela MINEROPAR.

Parágrafo Único. As operações constantes nas alíneas a, b, c e d, do art. 15, poderão ser executadas, mediante convênio na forma legal, por empresas de mineração legalmente constituídas.

Art. 20. A MINEROPAR, na qualidade de administradora do Fundo Paranaense de Mineração, remeterá ao Ministério de Minas e Energia, relatório conforme prevê o art. 17, I e II do Decreto-Lei no. 1.038 de 21 de outubro de 1969.

Art. 21. A MINEROPAR além da prestação de contas prevista na legislação específica submeterá o balanço geral ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício.

Art. 22. A MINEROPAR, encaminhará anualmente, relatório e balanço geral da gestão do Fundo Paranaense de Mineração, à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, à Secretaria de Estado das Finanças e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício.

Art. 23. O pessoal da MINEROPAR será regido pela legislação trabalhista.

Art. 24. Na aquisição ou alienação de bens, na contratação de obras ou serviços, a MINEROPAR obedecerá os princípios básicos de licitação.

Art. 25. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Nos seguintes termos: ACUSO RECEBIMENTO OFÍCIO, 748/77DA/DE/SC VG AGRADECENDO VOTO DE CONGRATULAÇÕES DESSA ASSEMBLÉIA PT CSDS NEY BRAGA MINISTRO EDUCAÇÃO ET CULTURA. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei número 54/77, que declara de utilidade pública o ABRIGO DE MENORES SÃO VICENTE DE PAULA, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) IVAN RÜPPEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei número 79/76, que dá novas divisas ao Município de Francisco Alves, tendo em vista que o mesmo se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO e IVAN RÜPPEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer na forma do artigo número 126 do Regimento Interno, sejam juntados os Projetos de Lei números 195/74 e 88/76, que conferem o título de Cidadania Honorífica ao ex-Deputado Aldo Laval.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Tenente THEODORO DE MATTOS, ocorrido em data de ontem, na cidade de Castro.

O extinto constituiu uma das mais tradicionais famílias do município e durante sua existência muito contribuiu para o progresso da cidade, onde deixa incontável número de amizades.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja registrado em ata um VOTO DE SOLIDARIEDADE À SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, que foi compelida a cancelar a sua 29.ª Reunião Anual, a realizar-se na segunda semana de julho na cidade de Fortaleza, em virtude do corte de verbas oficiais e de evidentes pressões governamentais.

Aprovado o presente requerimento, pede que dele se dê conhecimento formal àquela entidade.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, Líderes das Bancadas, nesta Casa, invocando as disposições regimentais, requerem seja constituída uma COMISSÃO ESPECIAL, integrada por cinco membros, para investigarem a veracidade das denúncias formuladas por detentos na Prisão Provisória de Curitiba e recentemente noticiadas pela imprensa, para no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem relatório circunstanciado.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(aa) LUIZ ROBERTO SOARES e NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de designar os Srs. Deputados:

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

ACCIOLY NETO

EZEQUIAS LOSSO,

para comporem a Comissão Especial para elaborar a Legislação Supletiva referente à Lei número 6146 do corrente ano.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do MDB, por seu Vice-Líder em exercício, vem indicar os membros para comporem a Comissão Especial, que investiga as denúncias de presos, quanto a maus tratos na Prisão Provisória de Curitiba:

Membros Titulares: Nelson Buffara

Enéas Faria

Membros Suplentes: Maurício Fruet

Adalberto Daros

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Sr. Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvir o Plenário, o envio de

expediente ao Titular da Pasta da Educação e Cultura, solicitando que seja efetuado sindicância na Escola Normal e Ginásio Estadual do Município de Maria Helena.

A medida se faz necessária, no objetivo de apurar a existência de irregularidades naquele estabelecimento, especificamente em suas extensões: a escola normal é uma extensão da escola do Município de Cruzeiro do Oeste - enquanto no setor ginasial as denúncias envolvem os estabelecimentos de diversas localidades, dando conta de que as irregularidades são de ampla gravidade:

MINISTRAÇÃO INADEQUADA DAS AULAS.
APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS E BOLETINS FORJADOS,
FUNCIONAMENTO DESCRITERIOSO E INCORRETO DE EXTENSÕES, E OUTROS...

É fundamental o procedimento de sindicância com máximo rigor, pois se verdadeiras as denúncias, o ensino está em completa deterioração em relação aos níveis referidos, no Município de Maria Helena, que se constitui num dos maiores do Estado, abrangendo dezenas de povoações entre distritos, vilas, localidades e aglomerações.

O Município de Maria Helena está a requerer reformulação geral em sua rede escolar, necessitando de racionalidade e ampliação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando relatório emitido pelo INPS, com relação a acidentes do trabalho, o qual situa Curitiba como Município líder nas estatísticas, em referência, e isso após a implantação da Cidade Industrial, requeiro a V. Exa., ouvida a Casa, digno-se encaminhar expediente ao Exmo. Sr. Prefeito SAUL RAIZ, solicitando a gentileza de prestar informações, embora a isto não esteja obrigado, sobre o mencionado relatório. Em caso afirmativo, dizer as causas, bem como esclarecer se as normas de segurança exigidas estão sendo cumpridas pelas empresas instaladas na Cidade Industrial.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de cópias do pronunciamento feito hoje, na tribuna deste Poder Legislativo, relacionado com restrições de crédito aos agricultores, aos Exmos. Srs.: Governador do Estado, Secretário do Planejamento neste Estado, e aos Ministros de Finanças e Planejamento, em Brasília.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 80/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "PADRE ANCHIETA", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que estamos propondo seja reconhecida de utilidade pública estadual, vem desenvolvendo suas atividades

desde a sua fundação em 1974, e prestando inúmeros e inestimáveis serviços à comunidade de Goioerê.

O seu trabalho já mereceu o reconhecimento municipal de Goioerê, através da Lei Municipal no. 802/05/76 de 22/12/76.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais para tal reconhecimento. Assim é, que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Ernesto Gnoato) Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por diversas vezes, ocupamos esta tribuna, para reivindicar em favor de Maringá e da região que representamos, as melhorias que são exigidas pelo nosso povo.

No último dia 27 aqui estivemos, apresentando um requerimento, que obteve a aprovação unânime do Plenário, pedindo ao Sr. Ministro de Educação, ao Sr. Ministro de Agricultura, ao Sr. Governador do Estado, a atenção para a criação em Maringá, da Faculdade de Agronomia, junto à Universidade Estadual de Maringá.

Toda comunidade maringaense uniu-se neste esforço. Estiveram presentes o comércio, a agricultura, as indústrias, a própria Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a união portanto, de toda Maringá se fez presente, reivindicando a criação da Faculdade de Agronomia.

Este é um exemplo que precisa ser dado com frequência. Quando uma cidade ou uma região pleiteia alguma coisa para o seu desenvolvimento, para o aprimoramento de sua juventude, deve se esquecer todo o qualquer problema de diferenças político-partidárias, neste episódio da criação da Faculdade de Agronomia.

É um exemplo claro. A Assembléia Legislativa do Paraná, tendo aqui cinco representantes maringenses, três do MDB, dois da ARENA, todos uniram-se, o Deputado Sato, Deputado Gabriel Sampaio, Deputado Renato Bernardi, Deputado Valter Pietrângelo, com nossa modesta participação também. E fomos para uma luta de interesse para a nossa comunidade e hoje, ao recebermos o "Diário de Maringá" e também ao lermos "O Estado do Paraná", vemos a notícia: "Criado o Curso de Agronomia em Maringá".

É para nossa região, não apenas uma conquista, e nem tão pouco apenas para Maringá, uma conquista para o Paraná, a criação da Faculdade de Agronomia. Estamos portanto, nesta oportunidade, vendo que Maringá, por polarizar uma região imensa, cerca mesmo de três milhões de habitantes, uma das regiões agrícolas de maior importância deste Estado, se não a mais importante, porque em verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está agora o Sudoeste e o Oeste a desenvolver-se extraordinariamente, a merecer as atenções deste Governo, principalmente pelas lutas constantes do Deputado Fidelcino Tolentino, que vem diariamente à tribuna, gritar e batalhar pelos interesses de sua região.

Mas, o nosso Norte do Paraná, há mais tempo, há mais anos, desde o ciclo cafeeiro, deu um verdadeiro impulso, deu verdadeira participação, com a participação inequívoca mesmo, para o desenvolvimento deste Estado.

Conquista que nós estamos tendo, suada, trabalhada, mas que foi para Maringá uma grande conquista. Vem agora, a luta que eu sei, será maior e mais difícil. Para a qual não é necessário se conclamar os Deputados maringenses e paranaenses, porque todos estão enganados já nela há algum tempo, que é a federalização das Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Eu sei também, Srs. Deputados, que se o mesmo ânimo encontrado para a criação da Faculdade de Agronomia em Ma-

ringá, for também dispensado para este aspecto, para a federalização das Universidades já citadas, nós teremos sucesso, mesmo que ele demore, porque vamos lutar, e sabemos que os Deputados de nossa região e, principalmente, das cidades mencionadas também o farão.

É portanto, para justificar, Sr. Presidente, que já me avisa que o tempo se esgota, a nossa passagem pela tribuna dia 27 último, apresentando este requerimento que estamos hoje a registrar a criação do Curso de Agronomia de Maringá. E agradecer aos Srs. Deputados e a esta Casa, a aprovação do mesmo.

Foi uma peça, dentre tantas, que fizeram parte daquele processo, mas ele foi vitorioso e está criada, portanto, a Faculdade de Agronomia de Maringá. É mais uma conquista para Maringá, para a nossa região e para o Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com grata surpresa que pude divisar em manchete do jornal do "Norte do Paraná", a notícia de que o Governo acordou e procura agilizar sua administração, no campo do ensino no Norte do Paraná.

Congratulo-me pelo esforço conjugado dos representantes eméritos da "Cidade Canção"; voz e canto que se fizeram ouvir no planalto e deram à Maringá a tão esperada e decantada Escola de Agronomia. Aos parlamentares da Arena e MDB de Maringá, e à comunidade maringaense, a nossa inveja e o nosso estímulo, para que esta Faculdade de Agronomia que nasceu antes da Faculdade de Agronomia do Oeste do Paraná, venha contribuir para a formação e aperfeiçoamento da tecnologia agrícola.

Não lamento, porque Maringá nasceu antes do que Cascavel; o Norte nasceu antes do que o Oeste do Paraná. Mas, esse ato representa hoje o certificado do atraso do Governo do Paraná e do Governo Federal, principalmente dos homens paranaenses representados na esfera federal, que não de reconhecer, que nós estamos atrasados em matéria de escola típica no Paraná, em pelo menos 10 anos.

Houvesse o Governo acordado há uma década atrás, quem sabe o nosso país já tivesse conquistado divisas de fazer inveja a outros países sulamericanos e outros continentes.

Se fosse criada uma faculdade de agronomia, não só em Maringá, mas no Oeste do Paraná, que hoje representa o percentual de um terço da produção agrícola do Estado, ao menos da que é exportada, com exceção do café, o Governo teria adiantado o seu expediente administrativo e sua agilização e a sua inteligência, para roborar o pensamento reclamado daquela população angustiada, que reclama esta faculdade, juntamente com outras, para se formar o complexo de ensino a se chamar "Universidade do Oeste do Paraná".

A região Oeste do Paraná reclama, pede e reivindica, pedindo a todos os maringaenses e a todos os representantes deste Estado que se incorporem neste movimento cívico e de cultura para que o governo reconheça, neste regime capitalista que aí está, até por uma questão de economia, reconheça a necessidade da implantação da Escola de Agronomia, no centro da região Oeste do Paraná.

E é por esta razão, independentemente do que falou o Deputado Antônio Facci, que quanto à minha pessoa, peço permissão para dizer modestamente, que não é tanto assim o meu esforço. Porque se fosse um esforço como o de Maringá, talvez Cascavel já tivesse instalada sua Faculdade de Agronomia, porque é uma região que representa 30 por cento da produção agrícola do Estado e não se pode entender porque não tem ao menos uma Escola Técnica de Agricultura. Ainda ontem

dialogávamos com as classes produtoras de Cascavel e os líderes cooperativistas indagavam quando poderiam ter notícia de uma Faculdade de Agronomia, dispensando assim, este êxodo de alunos para as escolas de Bandeirantes, São Paulo e Curitiba.

Não se pode entender que Cascavel ainda não tenha esta escola tão desejada. Nosso Estado, em que se depositam esperanças enormes, é um Estado que ultrapassa o primeiro produtor de soja que é o Rio Grande do Sul; que tem os seus campos verdes de trigo, apesar de todos os problemas que a natureza cria para o Oeste do Paraná. Está aí o seu apoio, o seu prestígio ao Governo que não se cansa de ir à região pedir que os agricultores plantem.

Esperamos do Sr. Ministro da Educação e Cultura, um remanejamento imediato, uma agilização lógica e atualizada para que se atribua desde logo a instituição desta Faculdade, que não é reclamada por nós, Deputados, mas por toda a comunidade daquela região Oeste do Paraná, comunidade que está sendo dividida e transpondo o Rio Paraná para ir ao Paraguai, plantar seu soja, que lá é exportado à base de 210 cruzeiros a saca, sem confisco cambial.

Que o governo desperte para a realidade econômica de uma região que representa divisas para este País.

E aqui fica o apelo do Oeste do Paraná, nesta voz rouca, timbrada e cansada de tanto reivindicar esta Faculdade de Economia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Quem tem medo da inteligência? Aparentemente, esta pergunta não teria razão de ser no mundo dos homens, que são animais racionais. Mas a verdade é que, mais do que nunca, ela pode e deve ser feita, não obstante a resposta possa ser oferecida por qualquer pessoa medianamente informada. Tantas e tão graves são as manifestações de temor, por parte dos atuais detentores do poder, que até pode ser justificada a dúvida sobre se pretendem que este País continue incluído no planeta dos homens.

Senão, vejamos:

1. Impediu-se a apresentação do "Ballet Bolshoi" pela televisão brasileira, como se a dança, mesmo sem palavra, deixasse de ser arte e se transformasse num instrumento de proselitismo em razão de sua origem.

2. A censura implacável permanece, com raras exceções, para órgãos da grande imprensa, levando ao fechamento de alguns periódicos ou silenciando outros sobre fatos importantes, de que são exemplos "Opinião", "O São Paulo" e a "Tribuna da Imprensa".

3. O rádio e a televisão sofrem censura persistente e indecente, de tal forma seria mais cômodo aos censores-por-telefone estabelecerem o que pode ser divulgado, tão extensa é a lista de proibições. Quem ouve os noticiários de rádio e de televisão, tem a impressão de que vivemos no país das amenidades políticas e econômicas, maculadas vez por outra e por uma ocorrência policial estorcedora.

4. A inefável "Lei Falcão" impede a apresentação de candidatos e de idéias pelo rádio e pela televisão, tornando-os mudos objetos a concorrerem com sabonetes e desodorantes.

5. Uma simples portaria do Ministro da Justiça derroga dispositivos constitucionais, encarecendo estudantes que se reúnem e se manifestam pacificamente, justamente porque são os estudantes inteligências descomprometidas e sem condicionamento.

6. Forças policiais assaltam templos de saber, como as universidades e templos de fé, como as igrejas, ou promovem ocupação militar de cidades, buscando impedir debates sobre a Constituição e sobre os Direitos Humanos, com a participação de eminentes figuras da magistratura e do clero, como ocorreu

em Londrina e em Nova Iguaçu.

7. Ainda uma simples portaria do Ministro da Justiça impõe a censura às publicações estrangeiras, buscando isolar professores, técnicos, cientistas, pesquisadores, estudantes, artistas, intelectuais e o povo em geral do resto do mundo. Pretenderão ilhar o país e repetir a trágica experiência do Império Chinês, que para sua segurança queria fugir das tentações do Ocidente?

8. A censura implacável nas produções artísticas mantém ausentes do público obras teatrais, musicais e cinematográficas, que são vítimas mais destacadas o teatrólogo Plínio Marcos e o compositor Chico Buarque de Holanda, além de cineastas nacionais, como o diretor do filme "Iracema", ao lado de outros consagrados diretores internacionais.

9. Passou a haver crise de opinião das tribunas parlamentares, pondo-se em risco o mandato e a liberdade de quem usá-las livremente.

10. Porque o conhecimento da História provoca uma visão crítica do momento, aboliu-se o seu ensino sistematizado nas escolas e nas universidades. Criou-se uma cadeira de Educação Moral e Cívica, cujos professores são escolhidos a dedo e sem concurso. Mesmo assim, o notório líder do Governo na Câmara Federal advoga sua extinção, sob alegação de que se transformaram em instrumento de propagação de idéias subversivas e contestatórias.

11. Agora, por fim, por atos concretos e indelmentíveis, obriga o cancelamento da 29.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, prevista para a segunda semana de julho na Capital do Ceará.

Os dóceis defensores dos atuais mandatários poderão arguir que não houve proibição e que o cancelamento foi de iniciativa própria da Sociedade. Para eles, a resposta está no editorial de hoje do jornal "Folha de São Paulo", que diz:

"O Governo, evidentemente, não quis assumir a responsabilidade da proibição formal, e transferiu esse ônus para a própria entidade. Mas que é, senão proibir, cortar verbas oficiais destinadas à realização da Reunião Anual, dificultar as autorizações para comparecimento de professores, pesquisadores, cientistas, técnicos vinculados ao Estado, retardar as obras na Universidade Federal do Ceará, serviriam de apoio ao conclave?"

Diante deste rosário de agressões à inteligência, dos propósitos manifestados de impedir a boa informação do povo e da evidente aversão à especulação intelectual e ao debate, é de concluir que há gente pretendendo repetir no Brasil o exemplo do General Milan Astray, que durante a Guerra Civil Espanhola, proclamava impunemente o seu brado necrófilo: "Abaixo a inteligência, viva a morte".

Nesta hora, repetimos o gesto de Miguel de Unamuno e ficamos com a inteligência e, por isso, somos solidários a todas as vítimas da censura, da pressão, da intimidação, da prisão, do obscurantismo e da prepotência.

Eis porque, de maneira formal e solene, encarecemos e sobramos a solidariedade do Poder Legislativo do Estado do Paraná à SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, pelo que encaminhamos à Mesa requerimento neste sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quarto orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicito a atenção dos Srs. Deputados, para endossar um requerimento que trata, especificamente, de uma irregularidade acontecida na Secretaria de Educação, cuja irregularidade traz sérias consequências para um determinado aluno. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja expedido requerimento ao

Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, bem como ao Conselho Estadual de Educação, a fim de ser autorizado o Colégio Barddal de Curitiba, a alterar a **ficha individual de notas** e o **histórico escolar** do aluno **ADAIR RUTHES**, que obteve aproveitamento total no curso de DESENHISTA DE ARQUITETURA, no ano letivo de 1976, e, no entanto, por ter o estabelecimento extraviado a Declaração de Trabalho, que o dispensaria da prática de Educação Física, foi considerado reprovado, muito embora a sua menor média em notas fosse da ordem de sete vírgula sete.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O presente caso, bem poderia receber o paradoxal título de **"TIROU O PRIMEIRO LUGAR E FOI REPROVADO"** isto porque, as excepcionais notas do aluno ADAIR RUTHES, atestam com veemência, a grave injustiça que se comete contra este jovem. Conforme se constata pela inclusa documentação probante, o referido aluno trabalhava para poder sustentar seus estudos e por força legal (art. 6.º letra a, do Dec. 69450, de 01/11/71), estava dispensado da prática da Educação Física. Assim é que foi entregue à Secretaria do Colégio Barddal, no início do ano letivo a competente declaração da firma PAVE-MA Veículos e Máquinas Paraná S/A, tendo em vista o contrato de trabalho firmado às fls. 13 da Carteira de Trabalho do Sr. Adair Ruthes, que foi aceita e regularmente dispensado da referida disciplina, conforme se infere da sua Ficha Individual de Notas. Todavia, como o aluno passou a prestar serviços por força de novo contrato de trabalho com a firma Hermes Macedo S/A, firmado às fls. 14 da Carteira de Trabalho, tendo sido, como anteriormente, entregue à Secretaria do Colégio Barddal a competente declaração da empresa, a fim da necessária dispensa. Todavia, ao receber suas notas, agora do ano letivo de 1977, no mês de abril, foi surpreendido ao constatar que fora reprovado, pelas faltas ocorridas na disciplina a que a lei lhe permitia dispensa. Informando-se junto ao Colégio e na defesa de seus direitos, foi informado de que a Declaração da Firma Hermes Macedo S/A, fora extraviada e que por tal razão, não se poderia considerar dispensado e como consequência a reprovação por faltas em educação física.

Ainda tentou o aluno sensibilizar a Direção do Colégio Barddal, única responsável por esta gritante injustiça, bem como tentou junto ao Professor Benedito Cordeiro, Diretor do 2.º grau da SEC, sendo no entanto infrutíferas as suas reivindicações.

Ora, o presente caso e a documentação inclusa prova que é de direito líquido e certo, e a justiça pela via do mandado de segurança reporá as coisas no lugar. Todavia, administrativamente, existem condições de reparar-se a irregularidade, pois não se deve exigir de uma pessoa sem recursos que já vem sofrendo apreciável perda de tempo, tenha que recorrer à Justiça, para usufruir de seus direitos. Data vênica, seria o caso, não apenas de considerar o aluno aprovado, mas também punir o estabelecimento pela falta de responsabilidade com que tratou do assunto. A lei é clara e indubitável, diz "que aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas" (letra a, do art. 6.º, do Dec. 69.450), estarão dispensados. Ora, o espírito da lei é este, se o aluno trabalha de dia e tem remuneração está dispensado e como prova basta a exibição da carteira profissional. No caso, se teve dispensa no primeiro semestre, não haveria razão para ser negado o direito, mesmo que não tivesse sido entregue a declaração de trabalho, com a simples exibição da Carteira, mesmo que fosse após o término das aulas, máxime um contrato firmado pela idoneidade da empresa Hermes Macedo S/A.

Espera-se uma providência imediata a fim de que não se escoe o prazo legal do mandado de segurança ao aluno, pois que

então se estaria cometendo verdadeira injustiça contra um jovem que possui um dos melhores currículos escolares, cujas notas, no próprio Curso Barddal, lhe valeram por muitas vezes o merecido primeiro lugar".

Este caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é uma verdadeira injustiça. A nota menor deste aluno é 7,7 e na sua ficha individual nós anotamos aqui, mais de 19 notas 10. Este aluno foi contemplado várias vezes, pela excepcionalidade dos seus dotes. Porque o colégio perdeu uma declaração de trabalho no segundo semestre, o aluno foi reprovado.

Nós estamos então apelando ao Sr. Secretário da Educação e ao Conselho Estadual de Educação, para que removam esta irregularidade, e sanem com a lúdima justiça, fazendo com que o aluno que trabalha e sustenta os estudos, não perca um ano, por uma simples irresponsabilidade de funcionários de um estabelecimento de ensino.

Estamos anexando ao presente, uma fotocópia da carteira de trabalho, do seu contrato de trabalho firmado com a firma PAVEMA e com a firma Hermes Macedo S/A., uma declaração da firma Hermes Macedo, cuja cópia foi entregue no colégio, o boletim, ou a ficha individual de notas, o histórico escolar da Secretaria da Educação e Cultura, um atestado de boa conduta escolar do aluno, e a sua competente certidão de nascimento.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erôndy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Hoje, vou falar sobre um assunto que nos cerca diariamente, não tanto a nós Deputados, mas, principalmente, ao assalariado, aquele que luta pela sobrevivência.

Vou falar sobre o acidente de trabalho. E o que me inspira a falar sobre este assunto, é um concurso que o Ministério do Trabalho está lançando entre os jornalistas, e cujo tema é, especialmente, a segurança do trabalho.

Não vou falar sobre o concurso do Ministério do Trabalho, sobre os méritos ou não desta promoção; eu vou falar de números que, para mim, são estardalosos, porque aqui no Paraná, neste primeiro semestre que ainda não findou, 880 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho.

Outros 790 ficaram inutilizados para qualquer atividade produtiva; e, 2 tantos foram hospitalizados sem conseqüências mais sérias. Se não morreram e não ficaram inutilizados, ficaram com conseqüências que, às vezes, nem sempre são passageiras.

E o que me traz ainda a falar sobre este assunto, é que eu sempre fiz política em Curitiba, e Curitiba ganhou uma condição lamentavelmente especial em matéria de acidentes do trabalho.

Hoje é o município líder no Paraná, e isto eu falo baseado no relatório que foi feito pela Previdência Social, pela agência local do INPS. E o INPS atribui essa liderança de Curitiba, — que estava até há pouco tempo, em poder de outro município — atribui, nem mais nem menos, à instalação da Cidade Industrial de Curitiba.

Está aí uma estatística, Srs. Deputados, que nenhum órgão oficial, nenhuma autoridade que vive apregoando as maravilhas da cidade industrial de Curitiba, tinha revelado até hoje. Foi preciso que a Previdência Social a fizesse, para que nós, representantes do povo, tomássemos conhecimento dessa situação, que para mim, é calamitosa.

Não pretendo aqui fazer carga nenhuma contra a Cidade Industrial. Considero até normal, dentro dessa anormalidade que, lamentavelmente, nós vivemos hoje, que uma atividade produtora, como é a atividade fabril, gere acidentes de trabalho, e

que esses também aumentem, mas, em número não tão desproporcionais. Este é o ônus que nós devemos pagar pela industrialização.

Isto até já entra no balanço de lucros e perdas.

Mas eu pensava, entretanto, que devido às propaladas exigências que a URBS e a Prefeitura de Curitiba fazem às indústrias que aqui se instalam, e que pretendem aqui se instalar, e que são, na sua maioria, multinacionais, pensava que nessas exigências, se colocariam normas de segurança do trabalho em primeiro lugar, principalmente, como já disse, porque a maioria das companhias da cidade industrial são multinacionais e, creio, e tenho certeza, que nos seus países de origem, elas não agem com o mesmo descaso, com a mesma indiferença que estão agindo aqui em Curitiba na Cidade Industrial, com relação à segurança do trabalho.

O que eu estranho é porque dizem por aí, berram, gritam, que a cidade industrial é um modelo; é um modelo de como integrar a atividade fabril ao dia a dia de uma cidade; que é um modelo disto, que é um modelo daquilo. Quantos filmes, quantos livretos, quantos relatórios multicoloridos em português, em inglês, em francês, e não sei mais até em que língua, eu já vi por aí a elogiar as excelências da Cidade Industrial de Curitiba.

Eu pergunto: Mas do trabalhador se esqueceram?

Quer dizer que em tudo somos modelo, mas no que toca à segurança do trabalhador, somos iguais ou até piores.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estou encaminhando à Mesa para que, ouvida a Casa, seja encaminhado um pedido de informações ao Prefeito Saul Raiz. Eu bem sei que ele só responderá por gentileza, desde que constitucionalmente a isto não está obrigado. Nós conhecemos a independência dos municípios com relação à organização de seus serviços locais.

Mas, eu acho que o assunto é tão sério, que o assunto é tão importante, que o assunto é tão presente, que o Prefeito de Curitiba não se negará, — embora, como já disse, a isto não esteja obrigado — a responder o nosso pedido de informações; a dizer que normas porventura estão sendo descumpridas na Cidade Industrial para que ela ostente, hoje, este recorde, para mim nada invejável; para mim até lamentável.

Por esta razão é que eu encaminho este requerimento ao Prefeito. Gostaria que os responsáveis pelo setor dessem uma explicação, que dissessem se existem ou não infratores; que tipo de vigilância os órgãos responsáveis exercem sobre as indústrias instaladas na Cidade Industrial, a fim de que a legislação pertinente seja cumprida. Aliás, como um todo, sem considerar o aumento e o número da população, o aumento de trabalhadores vinculados ao INPS do Paraná, ao contrário do que aconteceu no País todo, o número de acidentes de trabalho nos últimos anos, aumentou. Em 75, segundo ainda o relatório do INPS, um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte trabalhadores se acidentaram.

Em 76, este número baixou para 1.758.984 acidentados. Pois bem, isto foi no panorama nacional.

No Paraná, em 1975, o número de acidentes alcançou a marca dos 91.170 acidentes; no ano passado, subiu para 95.172 acidentes, com a devida contribuição da Cidade Industrial de Curitiba, segundo o relatório do INPS.

(Soam os tímpanos)

Já concluirei, Sr. Presidente, em um minuto. Enfim, o relatório é extenso e o tempo é pouco, mas gostaria de dar mais um dado importantíssimo, se me permite o eminente Sr. Presidente. É que foram gastos Cr\$ 70.646.051,00 pelo INPS, com atendimento aos acidentados, aqui em Curitiba.

Isto, os nobres Srs. Deputados devem avaliar que não é um dado a se desprezar, corresponde praticamente, a três prêmios da loteria esportiva.

Sr. Presidente, então, encaminharei à Mesa o requeri-

mento, para que V. Exa. o submeta ao Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Começa, no Brasil, uma experiência de produção e consumo de álcool anidro, destinado a criar alterações em todo mundo. A possibilidade de, sem modificações substanciais nos veículos e no sistema de abastecimento, chegar-se à adição de 30 por cento de álcool anidro à gasolina, abre imensas possibilidades de produção, comércio e serviços. E abre possibilidades de inovações tecnológicas até aqui impedidas pelos grandes monopólios internacionais do petróleo.

Premido pelas circunstâncias econômicas e pelo agravamento da nossa dívida internacional, o governo brasileiro dá os primeiros tímidos passos para a introdução do Programa Nacional do Alcool.

Já há mais de 70 anos o álcool é estudado como combustível-motor. No Brasil, as experiências relatadas datam da Primeira Grande Guerra. E houve até no Nordeste quem alimentasse veículos comercialmente com álcool-motor.

A importância do problema talvez não tenha sido vista por muitos porque o estilo de ação no País não é propício ao debate, à informação geral do povo. E assim, o alcance da questão não é percebido como de segurança nacional para o desenvolvimento.

A redução de um terço no consumo de gasolina no mundo representa bilhões de dólares em economia, em conservação ambiental. Mesmo substituída por um produto que igualmente custa investimentos, capitais, "know-how", temos a vantagem de não haver um custo exageradamente alto de investimentos, de prospecção, perfuração, instalação industrial, refino e distribuição.

O Brasil poderá poupar um bilhão de dólares anuais com a adição de 30 por cento de álcool anidro à gasolina. E além disso propiciar trabalho e condições econômicas em todos os Estados brasileiros, sem necessidade de transportes interestaduais.

Em vez de assentar suas perspectivas de produção apenas no álcool de cana, para formar monopólios nacionais, o governo pode e deve, como mais racional e necessário, distribuir esse bilhão de dólares de substituição por todos os Estados brasileiros. O governo deve implementar um Programa Nacional de Alcool, que não se baseie apenas na cana, nem tampouco nos monopólios da COPERSUCAR e meia dúzia de usinas de São Paulo e Minas Gerais. Coopersucar, aliás, que é o símbolo do novoriquismo de um País, dito em desenvolvimento.

Assim como as Sete Irmãs do Monopólio Internacional do Petróleo, estão preocupadas com a iniciativa brasileira, que poderá expandir-se pelo mundo, ajudando os países sem petróleo e os países subdesenvolvidos a encontrarem recursos de álcool-motor, assim também os grupos nacionais estão à espera de monopolizar essa riqueza que substitui o petróleo.

O álcool-motor poderá ser extraído tanto da cana, como da mandioca, da batata ou do sorgo, com tecnologia já existente e com resultados econômicos.

Se o governo implementar os atuais programas de usinas de cana, sem privilégios para grupos paulistas e mineiros com a urgência necessária — poderá encontrar produção suficiente e incrementar os meios para a adição de até 30 por cento de álcool anidro à gasolina.

Mas isso não basta, em Minas Gerais e na Bahia, já foram criadas usinas experimentais para a produção do álcool de mandioca. O próprio Instituto Tecnológico de São Paulo já realizou também as experiências necessárias para a produção do álcool anidro da mandioca.

E a mandioca pode ser produzida em todo o País, como a batata. E o sorgo já começa a ser produzido em escala nos Estados do sul.

Parece que alguma coisa não vai bem a respeito do Programa do Alcool. Recentemente o Ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, falou sobre a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, não por uma simples reforma administrativa e sim, acreditamos, para apropriar o controle do Programa do Alcool, em disputa com a Petrobrás.

Como se vê, além das Sete Irmãs petrolíferas, no campo internacional, além das grandes usinas monopolistas nacionais, além dos interesses pela distribuição e venda do aditivo de álcool, há muita coisa para esclarecer sobre esse extraordinário assunto.

Parece ser do interesse nacional que a cultura da mandioca seja incrementada, permitindo a todos os Estados brasileiros se beneficiarem dos resultados: de um produto que apresenta vantagens econômicas, de boa alimentação já proteinizada com sucesso, com subprodutos variados. A mandioca permite à Tailândia faturar anualmente uns 800 milhões de dólares nas exportações.

Numa rápida pincelada sobre o assunto queria alertar esta Casa para as dimensões de um problema nacional, do interesse de todos os Estados brasileiros e que não pode ser conduzido assim no escuro por meia dúzia de pessoas e meia dúzia de interessados apenas.

Os governos estaduais precisam firmar posição a respeito. Não podem simplesmente disputar uma, duas ou três usinas de álcool de cana. É ter visão limitada, é diminuir-se através de uma ótica de interesse particularista, traduzindo uma questão nacional em questão regional.

O Paraná teve algumas usinas com esquema de financiamento aprovado no Norte Pioneiro e Novíssimo. Que se materialize o investimento e a implantação, é o que todos queremos. Mas não é apenas isso.

Queremos que nosso Paraná veja com olhos profundos a questão. Queremos ver o interesse nacional acima das multinacionais, dos monopólios nacionais, e da perspectiva de ministros e técnicos. Queremos ver o interesse nacional.

Onde estão os estudos sobre a tecnologia do álcool anidro? O Paraná nada sabe a respeito? Os técnicos do Paraná ignoram a questão em suas dimensões diversificadas? O Paraná está entrando de "alegre", a reboque dos acontecimentos?

Mas o Paraná tem um Poder Legislativo. O Paraná tem um governo e uma Secretaria de Indústria e Comércio, uma Secretaria de Agricultura e também do Planejamento.

Não podemos esperar que as coisas aconteçam para depois remendar o que estiver errado, porque pode ocorrer que tudo esteja errado e não sejam satisfeitos os interesses nacionais e sim de grupos, de setores, de Ministros".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito embora o assunto que hoje focalizaremos, tenha sido debatido veementemente nos últimos dias, e apesar das notícias hoje, divulgadas pela imprensa, em que o Sr. Governador iniciaria uma luta sobre este problema que hoje falaremos, que é o da "Política-Econômico-Financeira" que afetou e afetará sensivelmente o nosso Estado, no que diz respeito à agricultura. E entendemos que não é extemporâneo, o que hoje aqui iremos afirmar, mas sim, são subsídios, elementos que irão robustecer a sensibilidade que causou e está causando ao Governador do nosso Estado e às autoridades que se interessam, se preocupam com problemas pertinentes ao Estado do Paraná. O nosso discurso está redigido nos seguintes termos. (Lê):

"A política econômica, parece ter sucumbido aos interesses de curto prazo, depois que fora anunciado o congelamento dos preços e a revisão do Orçamento Monetário. O objetivo do súbito endurecimento seria derrubar a qualquer preço os índices inflacionários dos próximos meses, mesmo à custa de comprometer o desempenho de 1978.

O desespero campeia pelo nosso Estado, no que diz respeito à política econômico-financeira do Governo Federal, que na tentativa de conter a inflação que galopava desenfreadamente, vem adotando medidas drásticas, causando geral descontentamento e até mesmo o desespero, particularmente no setor agrícola.

Os responsáveis por essa política estão inteiramente perdidos. Não sabem o que fazer para controlar a situação e a prova disso está nas recentes medidas adotadas com as restrições de crédito nos financiamentos aos produtores agrícolas, o que vem a ser um golpe mortal para os interesses do nosso Estado.

O Paraná é um dos Estados da Federação que muito dá e pouco recebe. Senão, vejamos:

O nosso Estado é representado por apenas 2 por cento do território nacional, com uma população de 8,5 milhões de habitantes, dos quais 3,4 milhões (aproximadamente 40 por cento) dedicam-se à agricultura, gerando 45 por cento da renda do Estado.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 77 EM 1.000 t.

Soja	4.500	33% da produção nacional.
Trigo	1.500	39%
Milho	4.500	25%
Arroz	1.100	10%
Feijão	800	80%
Batata	700	45%
Café	126	

EXPORTAÇÃO — PARANÁ

Em 1976	18%	do contexto nacional.
Em 1977 (de janeiro a maio)	30%	

Quando tudo aparentemente corria mais ou menos bem para o nosso Estado, eis que se desencadeia uma tragédia, são essas medidas anunciadas recentemente pelo Governo Federal.

Nos últimos anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais precisamente nos de 74, 75 e 76, as exportações foram deficitárias; enquanto que em 77, apresentou um "superavit" nos meses que já correram, pela primeira vez, de 90 milhões de dólares.

O que recebe o Paraná do Governo Federal? Esta indagação eu faço; o que nós recebemos? O não cumprimento do programa de transportes; o confisco da soja; a restrição de crédito que representa desestímulo e conseqüente redução da produção; menor renda, instabilidade junto aos bancos e incerteza quanto ao futuro.

Para o País isto representa: pessimismo e descontentamento; menos produção e exportação em 78 e conseqüentemente, aumento da inflação.

Amplia-se o fosso entre os objetivos primordiais da política econômica oficial, e as preocupações básicas dos homens de negócios. O Governo lança mão dos seus últimos trunfos desaceleradores, revendo o Orçamento Monetário, na tentativa de conter a taxa anual de inflação abaixo dos 46,3 por cento registrados no ano passado. E não hesita em impor novas e severas restrições ao crédito, sem poupar desta vez, nem o setor agrícola, nem o exportador, como se a atual batalha contra a inflação fosse sua partida decisiva. E talvez seja".

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Vejo que V. Exa. está trazendo um assunto de alta importância para a apreciação desta Casa. E esse problema do bloqueio econômico, como eu costumo chamar, o Governo, relativamente às restrições de crédito agrícola, vai realmente criar um impasse tão prejudicial ao Estado do Paraná, à economia paranaense, e por conseguinte à economia nacional.

Sabe-se que 67 por cento das exportações, referem-se a produtos agro-pecuários e mais de 50 por cento e especificamente, produtos agrícolas. Dessas, a metade, praticamente a metade, é representado por soja.

Eu não vejo, eu não posso entender, não sou economista nem economês, nem qualquer tecnocrata desse setor econômico. Mas não posso entender essa política financeira e política econômica do Governo; não dá para entender.

Mas, como nesse país aqui, a gente não entende muitas coisas, seria de todo ponderável, que o Governo do Estado do Paraná viesse em socorro, realmente, do agricultor, através do Banco do Estado, das Companhias de Financiamento do Estado, ou da Financeira do Banco do Estado, BADEP e BRDE, fizessem repasses, estudassem uma forma de o Estado do Paraná viabilizar um tipo de financiamento, para não sofrer um estrangulamento da produção agrícola do nosso Estado. Que isso seria implantar o caos no Paraná; eu não vejo outra solução e é necessário que o Governo desperte para isso.

E fica também aqui não só a solidariedade mas a sugestão nesse sentido e roborar também o pensamento de V. Exa., que há uma necessidade do Governo do Paraná, modificá-lo, isoladamente, na busca do equacionamento da economia do Estado, para resolver este impasse perante os agricultores; porque o clamor dos agricultores é quase um desespero; um clamor patético.

Eu estive em contacto com líderes de cooperativas e os maiores agricultores individuais que estão em Cascavel, homens que produzem individualmente, 130 mil sacas de soja; 90 mil sacas de soja, estão realmente desconfortados. E é esse um apelo que eu faço, através deste aparte, que V. Exa. me concede.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Nobre Deputado, V. Exa. tem sido incansável na defesa dos problemas que hoje abordamos desta tribuna e, aliás, tem demonstrado ser um "expert" em assuntos econômico-financeiros, não porque representa a zona mais duramente atingida pelas medidas de contemplação do Governo Federal, mas isto o tornou o porta voz das reivindicações dos agricultores e lavradores.

Sua sugestão é excelente e muito bem recebida por mim. Analisei com profundidade o seu aparte, aceito-o e o incorporo ao meu discurso e agradeço os subsídios, que são valiosos e altamente significativos.

(Continua lendo): "Dessa forma, explica-se a rigidez da política monetária nos próximos meses, pois as ações de efeitos a curto prazo passaram a ser predominantes. Como prova de que, no caso, as pressões de natureza política ficaram mais fortes do que simples argumentos de fundo econômico, basta lembrar que, mesmo antes da decisão de rever o Orçamento Monetário, as aplicações do Governo Federal vinham sendo inferiores às previsões. Até o final de maio, foram aplicados Cr\$ 476 bilhões, embora o Orçamento Monetário admitisse aplicações totais no valor de Cr\$ 493 bilhões.

Os empresários, por outro lado, embora mais preocupados com o longo prazo, podem admitir perder alguns pontos nessa rodada, desde que lhes seja assegurado o direito de permanecer na mesa, participando das rodadas futuras, em anos vindouros. Mas é grande o temor de que o rigor no combate aos aumentos de preços no segundo semestre deste ano, possa comprometer de forma irremediável o desempenho da economia brasileira no próximo ano.

E este nós entendemos, honestamente, ser um fato de que ninguém, em sã consciência, pode duvidar.

Esse temor, na verdade, parece justificado. E é sob essa ótica que devem ser analisadas as conseqüências da reformulação no Orçamento Monetário. Ela ajudará, sem dúvida, a conter a inflação a curto prazo, mas deixará marcas sensíveis na economia, criando, juntamente com a política de congela-

mento de preços, o problema de um grave resíduo inflacionário que será transferido para 1978.

Mas é no setor agrícola, que até agora vinha sendo poupado de restrições mais severas, que os efeitos da reformulação do Orçamento Monetário serão mais sentidos e estender-se-ão por um período mais longo. A ameaça de redução na oferta de produtos agrícolas, no próximo ano, poderá anular os eventuais ganhos de curto prazo, tanto no combate à inflação como na busca de equilíbrio da Balança Comercial. Afinal a exportação de produtos agrícolas vem ganhando importância crescente no total das exportações brasileiras (61 por cento em 1975, 64 por cento em 1976 e pelo menos 70 por cento em 1977). E, face à pequena importância relativa das vendas de produtos manufaturados ao exterior e às dificuldades da indústria siderúrgica mundial que impossibilitam um grande crescimento das exportações de minério de ferro, o aumento do valor das exportações brasileiras fica na dependência da participação das vendas de produtos agrícolas ao exterior.

Além disso, a expansão no setor agrícola, tornou-se uma variável extremamente importante na determinação do Produto Interno Bruto. Em anos anteriores, o crescimento industrial podia compensar os fracos resultados da agricultura. Mas, agora, parece difícil que a indústria consiga apresentar uma taxa de expansão superior a 7 por cento este ano, devido aos efeitos da política de desaceleração. E o maior rigor dessa política poderá tornar o desempenho no setor industrial, no próximo ano, ainda mais medíocre. Em 1977, setores chave da indústria (como siderurgia e cimento) apresentam elevadas taxas de crescimento como resultado da conclusão de planos de expansão, mas isso não se repetirá no próximo ano.

A situação da agricultura, após a revisão do Orçamento Monetário, não ficará das melhores. Mesmo antes, aliás, já existiam temores de que a escassez de recursos para o crédito rural e os atrasos na sua liberação, iriam ameaçar o crescimento da produção agrícola e o desempenho da indústria fornecedora de insumos modernos.

Como ficará a situação do crédito rural depois da revisão do Orçamento Monetário? Os créditos de comercialização-empréstimos do Governo Federal (EGF) e as notas promissórias rurais (NPR) - que financiam a retenção da safra enquanto o agricultor aguarda melhores preços, serão reduzidos. Antes eles correspondiam em geral, a 100 por cento do valor da safra calculada com base nos preços mínimos oficiais. Agora ficarão contidos no limite de 70 por cento. A capacidade de retenção de estoques pelo produtor será diminuída e as safras serão comercializadas mais cedo e a preços menores. A consequência imediata será uma diminuição no nível de preços recebidos pelos agricultores e, portanto, uma redução na renda do setor agrícola. Por outro lado, nada garante que essa redução no preço seja repassada para o consumidor final - o que ajudaria no combate à inflação, pois tudo vai depender da capacidade financeira dos intermediários.

A redução no nível de preços recebidos pelos agricultores constitui um inegável desestímulo à produção. Além disso, por afetar a redução do consumo dos modernos insumos da agricultura, com efeitos depressivos sobre a produtividade. Pode-se prever também uma substituição de plantio, em benefício de produtos de exportação com elevadas cotações no mercado internacional. O resultado então, será uma redução na oferta de produtos agrícolas destinados ao mercado interno.

Também os preços mínimos de aquisição pelo Governo Federal (AGF) para a próxima safra, que deverão ser divulgados em julho, serão pressionados para baixo. Isto nada tem a ver, diretamente com a revisão do Orçamento Monetário. Mas é certo que os novos preços mínimos, que a rigor deveriam constituir um instrumento de política econômica de longo prazo - apresentarão aumentos mais modestos este ano. E, em alguns casos, a elevação dos preços mínimos será insuficiente para

cobrir os aumentos nos custos de produção. Como consequência, deverá ocorrer menor expansão na área plantada e uma redução considerável no nível de investimentos do setor agrícola.

Os mesmos efeitos podem ser esperados das restrições nos créditos de custeio e de investimentos. As autoridades monetárias alegam que esses créditos serão pouco afetados, mas reconhecem que o volume de dinheiro alocado para estas finalidades não é suficiente para atender a todas as situações. Daí a necessidade de impor condições mais rigorosas, como a exigência de que os produtores rurais mais capitalizados entrem com uma parcela maior de capital próprio nas compras de tratores e máquinas. Isso afetará diretamente as vendas de insumos, repercutindo sobre o setor industrial.

Espera-se que a elevação da renda do setor agrícola e a ampliação do mercado de bens de consumo interno, este ano, garantam, em boa parte, o desempenho do comércio e da indústria. Em 1978, ao contrário, a renda agrícola poderá sofrer uma contração, os investimentos rurais poderão ser menores e as safras futuras menos exuberantes mais concentradas em produtos de exportação com preços elevados no mercado internacional, resultando em menor oferta interna de produtos alimentícios, ou seja, estreitamento do mercado interno por um lado e fortalecimento das pressões inflacionárias por outro.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pânico dos agricultores que tinham negócios com as agências do Banco do Brasil e que repentinamente viram-se tolhidos de concretizar as transações previstas. "Ficam penduradas no pincel".

O Sr. Gilberto Carvalho - V. Exa. permite um aparte? - (Assentimento) Nobre Deputado Nelson Buffara, estamos acompanhando o pronunciamento de V. Exa. É normal essa preocupação de V. Exa. com referência à retenção de crédito rural: o nosso agricultor está sendo desestimulado, embora saibamos que essa retenção seja temporária, mas poderia ter sido feita de maneira diferente essa revisão do Orçamento Monetário.

Esperamos que isto seja por poucos dias, 20 dias no máximo, mas estamos satisfeitos em contar com o apoio do Governador que preocupado com esta situação, sabendo do desestímulo causado com a retenção do crédito agrícola, já não chega o confisco cambial do soja também nos traz preocupação o preço do algodão.

Mas nós esperamos que neste contacto que S. Exa. o Governador terá hoje em Brasília, possa conscientizar S. Exa. o Ministro da Agricultura, da Indústria e Comércio e da Fazenda, para que façam uma revisão para evitar que no próximo ano, venha a diminuir a nossa produção pedida com tanto empenho por S. Exa. o Presidente da República, em relação ao aumento da produtividade.

Então não é agora com estas medidas que serão prejudiciais, nós esperamos que tomem providências e urgentes, para solucionar e estimular novamente o produtor para que continue o Paraná crescendo cada vez mais com a sua produção.

Cumprimento V. Exa. pelo discurso que faz nesta tarde, certo de que haverá providências por parte do Governo na busca de um meio para solucionar este problema que vem preocupando todos os agricultores do Paraná e do Brasil.

O SR. NELSON BUFFARA - Agradeço o aparte do Deputado Gilberto Carvalho, apenas respondendo, quando V. Exa. indagou se haveria outra solução para as medidas impostas...

O Sr. Gilberto Carvalho - Só para acrescentar, Deputado Nelson Buffara, quando nós poderíamos estar hoje alegres e congratularmos pela medida tomada com o trigo que felizmente agora não há necessidade mais do passeio do trigo do Paraná, para São Paulo, já que será recebido aqui no Paraná pelos moinhos de trigo, acabando com a saída do trigo surgem me-

didas como estas para contrariar.

Esperamos que solucionando estas medidas, mais as medidas adotadas com o trigo, que agora não mais terá que passar em São Paulo e voltar depois beneficiado ao Paraná, que é uma medida justa que todos esperavam e que tanto foi pedido nesta Casa, sejam resolvidos em parte os problemas do agricultor.

Nós reconhecemos esta medida acertada do Governo.

O SR. NELSON BUFFARA — Mas Deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. indagava se haveria outra opção, outra solução para o Governo Federal, não atingindo a agricultura de nosso Estado. Tenho a impressão que se tentar e conseguir, será um caos para o Brasil.

Porque querendo se atingir a agricultura num Estado eminentemente agrícola como o nosso, é o fim para o Estado do Paraná. Agricultura é comida, é alimento. Dizem os homens que entendem, que podem prever o futuro do mundo, que este perecerá de fome, e nós somos o celeiro do Brasil como todos os Deputados estão cansados de ouvir esta frase quando parafraseiam alguém.

Mas não é admissível que o Paraná seja sempre o Estado castigado porque somos bonzinhos. Mas medidas de restrição não são tão violentas com o Estado de São Paulo, com o Estado do Rio Grande do Sul.

E é por isso que as nossas autoridades, o Sr. Governador, a exemplo de hoje que disse à imprensa que vai à Brasília reclamar oxalá consiga com liberdade, com independência e com altivez demover ao Governo Federal esta malfadada imposição que na semana anterior resolveram como medida maléfica para o Paraná, implantar contra o nosso Estado, o Estado do Paraná.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Eu também espero que saia uma solução que não seja esta que consta do "O Estado de São Paulo" de alguns dias atrás.

"A Arena teme perder o apoio rural".

Diz logo adiante:

"A Arena aceita sua desvantagem na disputa do voto urbano, como fenômeno explicável, mas vai reagir contra a perda do reduto que lhe sobrou".

Eu espero que a solução não seja esta que lerei e que foi dado em números pelo Deputado Gilberto Carvalho, que seria através de um memorando interno, que em 20 dias estaria sanado.

Eis que preciosidade dita por um Líder político e é por isto que este político deve ficar entre aspas.

(Lê): "Um dirigente arenista reconhecia o despreparo dos técnicos e funcionários do trato político, e oferecia, ontem, a receita que poderia ser adotada pelo Governo, "se houvesse um pouco mais de gosto pela política".

Veja, Sr. Deputado, a nossa classe, dos políticos, como está.

(Prossegue a leitura:

"Nunca se poderia — prossegue este líder — anunciar que houve um corte de crédito, sem evitar que sem o corte, poder-se-ia agir diferente. Os processos de crédito continuariam a andar, nos bancos, só que demorariam um pouco mais para serem liberados. Acho que um processo poderia passar 3 meses em andamento, num banco, sem prejudicar ninguém, enquanto os funcionários iriam alegando, aos interessados, a falta de dados complementares para a liberação da operação.")

Vai mais longe o "político":

(Continua a ler):

"Depois disto, anunciariam aos interessados "dentro de dois ou três meses sai o dinheiro".

Ora. Com isto, posso ganhar até seis meses, na liquidação de um crédito, sem dar, a ninguém, um sinal de crise. Pelo menos seguindo um comportamento político")

Só que o "político" não pôs aspas neste final de frase,

que seria o "comportamento político".

É por isto, Sr. Deputado, que nos revolta quando um Líder político diz, emprega a mentira. Este homem nunca deve ter passado cinco metros além de qualquer faixa de asfalto, para saber o que o trabalhador rural faz. Então, ele prega que o trabalhador rural possa esperar seis meses para ser liberada uma operação?

Saberá ele, este "político", que um colono, para retirar o financiamento agrícola, precisa penhorar toda a sua propriedade, previsa quatro, cinco vezes, muitas vezes andando 100 km para atingir o banco mais próximo, e que nessas quatro, cinco vezes, ele quase dispense o que pega no banco?

Saberá este líder "político" que, para comprarmos um automóvel, nada nos pedem para garantia, enquanto que o pobre do agricultor, para ter um empréstimo agrícola, necessita penhorar até seus filhos, muitas vezes?

É por isto que nós lastimamos, e esperamos que o Sr. Governador — que está em dívida para com este Estado porque defendeu o confisco da soja, e agora, quando o confisco vai cair ele está a correr para lá — ele que está em dívida com os agricultores deste Estado, que faça a defesa deste Estado, ele, que vive, mas não em termos do seu correligionário que pede apenas que se iluda os agricultores de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Deni Schwartz, V. Exa. neste seu aparte muito oportuno, fez-me lembrar de um detalhe que eu havia omitido, no meu discurso.

V. Exa. lembrou-me muito bem a indústria automobilística, que há alguns meses atrás estava na iminência de sofrer uma das maiores crises. E sabe V. Exa., que, quando se fala em indústria automobilística, fala-se em São Paulo, São Paulo é o parque industrial. Mas a revolta dos homens de São Paulo foi de tamanha importância, que o Governo deu uma guinada de 180 graus. As ameaças não foram consumadas.

É por isso que o Paraná precisa fazer como São Paulo, não ficar dormindo em berço esplêndido e, nós, mostrarmos a nossa indignação, a nossa insatisfação, o nosso descontentamento, na hora em que o Paraná precisa e deve manter a sua hegemonia, com o respeito, e passando a ser o maior produtor agrícola do Brasil. Não podemos nos conformar com medidas punitivas que vêm afetar o nosso agricultor.

Eu não sou agricultor, não sou Deputado da região agrícola do Paraná, mas, sou um parnanguara, paranaense, que advoga com representação nesta Casa, e que fica indignado quando vê que, numa atitude de desespero, vê prejudicada a agricultura do Paraná. Nós estamos como que perdidos, sem sabermos o que fazer, como tábua de salvação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta ter que advertir o eminente Deputado Nelson Buffara, de que o tempo do Grande Expediente está se esgotando e lhe concede dois minutos para a conclusão.

O Sr. Fideleto Tolentino — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Nelson Buffara, só para lembrar que, todas as medidas econômicas do Governo atingem diretamente o Paraná. O Paraná é o Estado que recebe só punições. O Paraná é o Estado que recebe as chibatadas, bordoadas, é o Estado das fustigadas. Então, é lamentável que uma medida como esta atinja direta e objetivamente o Estado do Paraná, e o próprio Governador vá defender o confisco da soja e, me parece que agora, já às portas de cair o confisco — segundo se comenta — o Governo corre de lá para cá. Daqui a pouco, quem sabe, se dirija à imprensa dizendo que foi ele que derrubou o confisco da soja.

É lamentável, porque no caso da estrada de ferro foi preciso que se fizesse aqui, nesta Assembléia, reunião com os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, para se

definir as prioridades que se possam entender, para as rodovias e ferrovias; o problema da sede da Rede Ferroviária Federal e outras tantas medidas que se fazem contra o Estado do Paraná, como foi o caso do polo petroquímico e assim por diante.

Lamentamos não termos Líderes adequados na chefia do Governo do Estado do Paraná, este cargo pesado que leva mais carga do que o seu suporte.

O SR. NELSON BUFFARA — Desculpe-me, Sr. Presidente. Obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

Eu dizia que o pintor, ou melhor, fazia uma comparação com as pessoas que ficam penduradas num pincel. O pintor pintava uma parede, subia numa escada, evidentemente fornecida por alguém. De repente, chegou o dono e tirou a escada e o pintor ficou pendurado no pincel. É o caso dos lavradores que tinham negócios programados com o Banco do Brasil, e, de uma hora para outra, ficaram tolhidos de concretizar esse empréstimo, que já tinham contado para manter a sua pequena independência dentro dos seus negócios.

Agora perguntamos: **O agricultor tem que pagar pelos erros do Governo Federal?** Se ao Governo faltou coerência em determinados empreendimentos cujos resultados foram negativos, tais como a construção da Ferrovia do Aço, o Plano de Classificação de Cargos, em que foram dispendidas importâncias fabulosas, sem resultados práticos, bem como a concessão de créditos a empresas falidas, como o caso da Luftala, somente para citarmos um exemplo, tais erros não devem ser debitados aos agricultores.

Através da imprensa, tomamos conhecimento de que o Senhor Governador está convencido que as medidas de restrição de crédito poderão levar a agricultura de nosso Estado a dias nebulosos. E não pode ser outro o seu pensamento, que o levará por certo a liderar, com franqueza e objetividade, uma reação em termos de Paraná, a esta nefasta política.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta a digna Liderança do MDB, se deseja usar dos 15 minutos regimentais.

O SR. ENÉAS FARIA — Falará pela Liderança, o eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Há algum tempo atrás, a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, propôs uma Comissão Especial para investigar a natureza dos problemas enfrentados pelos fumicultores gaúchos, bem como o caráter das relações desses plantadores com as companhias multinacionais que operam no setor.

O próprio Ministério da Agricultura, não pode mais se abster de tratar a questão do fumo, e prepara respostas às inquietações dos produtores do Rio Grande do Sul.

De acordo com um trabalho elaborado pelo economista Euler Lázaro de Moraes, do Ministério da Agricultura, todo o processo de produção e comercialização do fumo brasileiro é controlado por companhias estrangeiras e não existe nenhum programa oficial do governo brasileiro destinado a tornar a exportação do fumo mais rentável para a Nação, gerando maior renda no setor agrícola, mais divisas e mais empregos.

Esse trabalho, denominado "O Setor do Fumo no Brasil e Alguns Aspectos do Comércio Internacional", chama a atenção para a produção fumícola e sua importância.

Na região sul, que é a maior produtora de fumo em folhas no País, se abre uma ampla perspectiva de comercialização.

Porém, esse mercado precisa ser aberto e ativado. E os

produtores reclamam que estão sendo vítimas de burlas na classificação do seu produto, que fica inteiramente por conta dos compradores. Alegam que os compradores classificam sua produção por tipos mais baixos, com pagamentos menores do que o devido. E então não recebem o correspondente aos seus esforços para produzir fumos de melhor qualidade.

Também no Paraná as queixas dos produtores são as mesmas. Assim, uma das principais reivindicações é de que o Ministério da Agricultura crie postos de seleção e classificação das folhas de fumo.

Mas este é um aspecto da comercialização e das garantias de critérios justos para a seleção do fumo.

O fomento ao fumo, em extensão e qualidade, é hoje de grande importância econômica. E também poderá ajustar as relações entre produtores e compradores de forma que os fumicultores não fiquem na dependência das multinacionais que detêm o monopólio do comércio do fumo.

No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a plantação de fumo é incentivada pelas companhias de cigarros estrangeiras. Estimulam e financiam, dão assistência técnica em todas as fases de produção, fornecem insumos e defensivos, o que tem permitido, de um lado, o desenvolvimento da produção, mas de outro, colocam os plantadores inteiramente na dependência daqueles que classificam e pagam pelo produto.

No Rio Grande do Sul, os representantes de várias entidades chegaram a um acordo sobre os estímulos à produção, procurando ajustá-los às variedades de melhor consumo. A Associação dos Fumicultores, Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais, Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz, representantes da indústria fumageira, juntamente com a Secretaria da Agricultura e a Delegacia do Ministério da Agricultura, estão trabalhando juntos para racionalizar a produção e comercialização do fumo, e exigem um posicionamento do governo para desenvolver esta grande riqueza que é o fumo.

Este é um sinal de que a cultura do fumo, doravante, poderá aumentar seu potencial econômico.

No Paraná ainda não sabemos como poderão interessar-se as autoridades por essa cultura que vem crescendo substancialmente. Em nenhum plano há sequer referências ao fumo.

Senhores Deputados.

O Brasil é o terceiro maior exportador de fumo bruto, tendo os dados de 1974 alcançado a expressiva soma de 91.442 toneladas métricas. Estamos muito próximos da produção que a Turquia destina às exportações, como segundo colocado no comércio internacional. Produzimos perto de 100 mil toneladas métricas, enquanto os Estados Unidos, o primeiro colocado no comércio mundial, exporta cerca de 300 mil toneladas.

É uma importante fonte de divisas, para um País que necessita recorrer a todos os produtos que caibam na pauta de exportações. Entretanto, o mercado exportador brasileiro é controlado pelas companhias multinacionais. Não só controlado, é feito.

O Governo brasileiro se fez ausente na produção e comercialização do fumo, exceto no selo.

A omissão do Governo Federal e dos Estados tem permitido que a produção, a preparação e a comercialização do fumo fiquem inteiramente à margem do planejamento oficial, dos estímulos governamentais, do fomento e do comércio nacional e internacional como produto sob controle e previsão.

E as culturas de fumo constituem importante contribuição às economias dos Estados da Bahia, Alagoas, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, agora também, do Paraná. Parece que a área do fumo, na economia, é uma área à parte.

Uma área econômica sobre a qual não se recomendam estudos, não se analisa, não se planeja. Como se fosse um território econômico estrangeiro; inteiramente entregue às empresas que comercializam o fumo.

Mas, já não o podemos ignorar quando apresenta expressivos resultados no mercado interno e no internacional”.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Duas palavras a respeito de Santa Helena (Lê):

“O Governo do Paraná reconheceu os direitos e a justiça das manifestações populares contra o interventor em Santa Helena.

Caiu o reinado do Sr. Francisco Muniz. O povo festeja sua força e sua unidade em torno das questões decisivas para a vida de Santa Helena.

O Governador Jayme Canet Junior exonerou o administrador, pondo as questões em ordem. Há unidade de todos: arenistas e emedebistas estão unidos em torno das grandes causas municipais.

Agora, todos, sem distinção partidária, esperam que entre os 60 mil habitantes da região encontre o Sr. Governador alguém com capacidade e discernimento para dirigir os destinos municipais.

O povo de Santa Helena não acredita que somente fora de seu município é que se encontram pessoas capazes de administrar. Estão fartos de turistas e paraquedistas que não conhecem os problemas municipais e que, mesmo quando capazes, levariam muito tempo para entender a situação e a sensibilidade dos habitantes de Santa Helena.

Creio que não é pedir demais. Entre 60 mil, quem sabe possa o Governador encontrar alguém de sua preferência política, de sua confiança pessoal.

E é preciso também entender que é muito importante manter a unidade de interesses que hoje, com a saída do ex-Prefeito, têm os moradores de Santa Helena”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Duas palavras sobre o confisco.

(Lê): “São poucas as notícias boas, mas são muitas as expectativas.

O Governo Federal parece ter sido convencido de que não poderia manter o confisco sobre a soja, especialmente depois que as quedas de preços criaram uma situação delicada para o produto brasileiro.

A safra norte-americana em breve abastecerá o mercado e os produtores brasileiros que puderam segurar sua mercadoria o fizeram, esperando que o bom senso levasse o governo a revogar o pesado confisco.

Os agricultores do Paraná muito lutaram contra o confisco. Seus líderes levaram as reivindicações ao Governo Federal, insistindo em abrir os olhos das autoridades. O Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Mário Stadler de Souza se viu em situação difícil, procurando alertar o Governador e, como homem da Arena, insistindo em posições corretas do governo no prestigiamento da agricultura no Paraná.

Os agricultores de Santa Catarina e do Rio Grande do sul encontraram repectividade em seus governos para levar reivindicações ao Governo Federal. Especialmente o Governador Silvan Guazzeli, que resolveu coerentemente apostas nos produtores, endossando sua campanha.

E tantas forças reunidas acabaram convencendo o Governo Federal. Ele, conforme notícias, vai revogar o confisco sobre a soja.

Ao mesmo tempo que nos chegam essas notícias, somos informados de que o Governador Jayme Canet Junior viajou, a fim de trazer as notícias. Não precisava. As notícias chegam pelo telex, o rádio, a televisão, e no outro dia, pelos jornais.

Parece que o Sr. Governador do Paraná resolveu, agora, com a causa vencida, aparecer como arauto de boas novas para os agricultores do Paraná”.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ernesto Dal'Oglío, nós acompanhamos

o seu pronunciamento e sentimos assim o entusiasmo e a esperança da revogação do confisco cambial. O Sr. Governador do Estado não foi à Brasília para trazer a notícia da revogação do confisco. Como foi noticiado agora pouco num aparte, se dizia que o Governador deu integral apoio ao confisco. Não é verdade.

O Governador recebeu o confisco com tristeza, como agricultor também que é, sentindo na própria carne, esta dificuldade que iria trazer a todos os agricultores do Paraná, o que ele fez, isto sim, reconheceu a medida como uma medida de sacrifício adotada pelo governo. Quando a soja estava a 250 cruzeiros o saco, e hoje, no preço em que está, não justifica mais de forma alguma o confisco. E é mais um motivo para nós pedirmos a revogação do confisco cambial, foi ele para dialogar com as autoridades, fazendo mais uma vez o apelo, não só do confisco, mas também: uma mudança no crédito agrícola, porque nós sabemos a repercussão.

Agora há pouco quando eu disse de um simples memorando interno, não quis dizer de que fosse escondida, ou que se pregasse a mentira como uma nota lida pelo eminente Deputado Deni Schwartz, que o agricultor poderia esperar de três a seis meses, não foi isso, mas a nossa preocupação é que, sabendo que é uma medida transitória, a repercussão que tem, as companhias de adubo, calcário, encomenda de sementes, então os agricultores quando recebem uma notícia do corte do crédito, se tem alguma encomenda feita, imediatamente suspende, e a repercussão é em todas as áreas. Foi esse o motivo que eu disse da falta de habilidade, que se em poucos dias poderá ser resolvido, esperamos que seja, mas queria nobre Deputado, neste aparte, só para justificar, que a intenção do Governador, numa obrigação e num reconhecimento ao povo do Paraná, como Estado maior produtor de nosso País, de defender a classe produtora. E por isso, sem alarde, sem muito barulho, vem lutando e procurando esta revogação do confisco, e não foi o Governador simplesmente, para buscar notícia.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Em primeiro lugar, quero esclarecer à Casa e ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, que pela consideração que ele me merece, pelo que ele disse, eu não poderia nunca, igualá-lo à nota que realmente, o Deputado Gilberto Carvalho mostrou uma solução interna de banco, uma solução natural. Só para que se esclareça isso.

Em segundo lugar, para retificar um dado apresentado pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho. Quando foi estabelecido o primeiro confisco da soja, o preço estava em 190 a 200 cruzeiros, tanto que deve existir nos Anais da Casa, que os sete por cento sobre os 200, daria 14 cruzeiros por saca, isso foi muito comentado, e não 250 como o Deputado Gilberto Carvalho se referiu.

Mas, quanto ao posicionamento do Sr. Governador, queremos lembrar que durante uma reunião de seu partido, ele fez um apelo aos Srs. Deputados que não mais tocassem no assunto, ou que compreendessem as medidas, até aí está muito bem, é um posicionamento que merece o nosso respeito, apesar de discordarmos, mas, é conveniente lembrar também que naquela oportunidade nós outros, e também aqueles arenistas que se colocaram contra o confisco foram taxados de estarem tomando medidas impatrióticas, e agora, como ficamos?

Neste mesmo tempo, neste mesmo momento, com outro Governador da ARENA, também nomeado, do Rio Grande do Sul, não estava tomado de tanto cuidados. Tanto assim, que estava a brigar e conseguiu, juntamente com os agricultores deste País, aumentar o trigo de 170 para 190 cruzeiros. E nem por isso foi punido, demonstrando que se admite o debate em torno dos interesses dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência lamenta informar que o tempo esgotou, mas lhe concede mais dois minutos para concluir.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Apenas para responder o aparte do nobre Deputado Gilberto Carvalho, nós nunca poderíamos acreditar que o Governador fosse a favor do confisco; pois ele é agricultor igual a nós; de maneira que ele sabe muito bem o que isso representa. Ahamos somente que demorou sua ida à Brasília, para tratar do assunto, para tirar o confisco; porque me parece que esse confisco não traz solução para ninguém; não traz solução para o Governo Federal, porque ele só ganha os doze por cento se o agricultor vender a soja e pelo preço que está hoje na minha região, o agricultor não vai vender. Prefere aguardar o ano que vem. O Governo Federal, na base do preço que está a soja hoje, perde, porque ele não equilibra a balança de pagamento externo, que a soja traz uma contribuição muito grande; o Estado do Paraná perde, porque não arrecada ICM com a soja que o agricultor tem em cima; o agricultor perde dinheiro, porque a soja não é vendida; a mercadoria não é comercializada e o dinheiro não circula.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**)

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência tem a satisfação de comunicar aos Srs. Deputados, que se encontra no Salão Nobre e solicita que o Cerimonial a conduza a este Plenário, a Senhorita Débora de Almeida Rosa, Miss Paraná 1977.

(Pausa) (Palmas)

A Presidência ao receber neste Plenário a Miss Paraná, Srta. Débora de Almeida Rosa, deseja significar que a beleza e a graça da mulher paranaense aqui representada, merece dos Srs. Representantes da Coletividade paranaense, as homenagens, por tudo quanto ela representa. E designa, com muita honra, o Sr. Deputado representante de Paranaguá, S. Exa., o Sr. Deputado Nelson Buffara, para que, da tribuna, diga da satisfação que os Srs. Parlamentares têm em receber aquela que, em 77-78, haverá de falar e de representar a mulher paranaense.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Minha querida Miss Paraná, da minha cidade natal, Paranaguá.

Cria-me, Débora de Almeida Rosa, que você neste momento, é uma rosa neste recinto, no nosso Legislativo. E a nossa satisfação vai muito além do normal, pelo êxito que você conseguiu nessa brilhante trajetória em busca do título da mais bela de Paranaguá, do Paraná e quase do Brasil.

Nós acompanhamos pela televisão, já que motivos impenhoráveis impossibilitaram-nos de irmos até Brasília, como era nosso pensamento. E sentimos uma vibração intensa, um ardor incontrolado, quando você classificou-se entre as finalistas.

Por mais que não queira ser bairrista, naquele momento em que via o meu receptor, entendi que você seria vitoriosa. Para mim e para tantos quantos assistiam o concurso, você deveria ser a Miss Brasil. E, naquele momento eu imaginava o que não aconteceria com a nossa cidade, a cidade de Paranaguá? Eu até cheguei a temer pelo carnaval que a nossa cidade faria para homenageá-la e cumprimentá-la.

Além de bonita, bela, elegante, você é extremamente simpática, o que faz o trinômio — beleza, elegância e simpatia. Tinha tudo para ser Miss Brasil.

E o Poder Legislativo do Paraná, no instante em que recebe sua honrosa visita, quer marcar a sua presença nesta Casa, quer tornar mais significativo este acontecimento.

E os Deputados, em nome de quem tenho a honra e o prazer de falar, tanto de minha bancada como da bancada arenista, em uníssono, a uma só voz dizem a você, Débora de

Almeida Rosa — receba nossos cumprimentos, nossos agradecimentos por aqui estar e a satisfação de termos, neste ano de 77, escolhido uma das moças mais belas do Brasil, que quase nos trouxe o título de Miss Brasil.

Muito obrigado, Débora de Almeida Rosa. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência tem a satisfação de receber neste Plenário o Dr. Antônio José Santana Lobo e sua esposa, Sra. Maria Julieta, que acompanham a Srta. Débora de Almeida Rosa na visita que faz a este Plenário.

Deseja a Presidência, em nome da Mesa, anunciar que passará às mãos da Miss Paraná 77, um envelope contendo uma contribuição, aliás tradicional do Poder Legislativo, para propiciar que a representante da mulher paranaense faça, como vem fazendo, com altivez e dignidade a sua representatividade.

A Presidência suspende a sessão por três minutos, a fim de que a Miss Paraná 77, na tribuna de honra, receba os cumprimentos dos Senhores Parlamentares.

(**Está suspensa a sessão**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda Modificativa ao projeto de lei no. 34/77, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, devidamente apoiada, no seguinte teor (Lê):

"Onde se lê, nos diversos artigos do projeto:

"APROVEITAMENTO"

Substitua-se por:

TRANSPOSIÇÃO".

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

Apoiamentos: Fabiano Braga Cortes, Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Werner Wanderer, Rosário Pitelli, Luiz Alberto Oliveira e Egon Pudell

O SR. ENÉAS FARIA — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, creio que não precisa justificar. Solicito a V. Exa. que determine a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência não deseja negar, todavia está colocando à consideração do Plenário o apoio, o que independe de número, porque, regimentalmente, a emenda está apoiada por 5 Srs. Deputados.

Emenda ao projeto de lei no. 34/77, de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, nos seguintes termos: (Lê)

INCLUA-SE ONDE COUBER:

Art. "Aos atuais professores efetivos, ocupantes dos cargos de níveis vinte (20) a vinte e quatro (24), ficam assegurados os direitos expressos na Lei no. 07/76, independentemente da carga horária semanal".

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1977"

(aa) NILSO SGUAREZI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamentos: Deni Schwartz, Lineu Turra e Valter Pietrângelo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 34/77, oriundo da Mensagem no. 63/77, do Poder Executivo, que cria no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar no. 7, de 22/12/76, os cargos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM EMENDA, e da C.I.P., por maioria e FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDA SUBSTITUTIVA DO PLENÁRIO.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei número 34/77

O projeto de lei número 34/77, originário do Poder Executivo, passa a ter a seguinte redação:

Art. 10 — São criados no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 07, de 22 de dezembro de 1976, quarenta e seis mil e duzentos e vinte (46.220) cargos, conforme as especificações contidas no anexo que faz parte da presente lei.

Art. 20 — Os atuais ocupantes do cargo de Professor terão o seguinte enquadramento:

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
Nível	Nível de Atuação	Série de Classes	Níveis de vencimentos
16	I	A	1
17	I	A	1
18	I	B	2
19	II	B	2
20	III	C	3
21	III	C	3
22	V	E	5
23	V	E	5
24	V	E	5

§ 1º — As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento referido neste artigo, serão devidas a partir de 01 de agosto de 1977.

§ 2º — Os vencimentos dos ocupantes do cargo de Professor abrangidos pelos artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, serão devidos desde a data mencionada no parágrafo anterior.

§ 3º — Aos atuais ocupantes do cargo de Professor de ensino primário, que não integram a simbologia própria do Magistério, fica assegurado o enquadramento no nível de atuação I, série de classes A, nível de vencimento 1, a partir da data prevista no § 1º deste artigo.

Art. 30 — O enquadramento dos atuais professores que estiverem no exercício de funções não compatíveis com o Ensino, a Educação, a Cultura e a Pesquisa, e que optarem pelo retorno ao efetivo exercício do Magistério nos termos do Art. 106, b), da Lei Complementar número 07, de 22 de dezembro de 1976, dar-se-á a partir de 01 de agosto de 1977.

Art. 40 — O enquadramento dos atuais ocupantes do cargo de Professor, que integrem ou não a simbologia própria do magistério, no Grupo Ocupacional Especialista de Educação — MPE 200, verificar-se-á, a partir de 01 de agosto de 1977, mediante comprovação de habilitação superior específica.

Art. 50 — O Chefe do Poder Executivo regulamentará por decreto, o enquadramento do Professor que, atualmente, não integrando a simbologia própria do Magistério, fizer comprovação, no prazo de trezentos e sessenta (360) dias a contar da data de publicação desta lei, de ser possuidor da formação mínima para o exercício da atividade docente de que trata o Art. 30, da Lei número 5692, de 11 de agosto de 1971.

Art. 60 — Os vencimentos dos cargos de que tratam o Art. 10 e o anexo desta lei, são os seguintes:

NÍVEL DE VENCIMENTOS	VENCIMENTOS MENSAIS
1	Cr\$ 1.850,00
2	Cr\$ 2.603,00
3	Cr\$ 2.861,00
4	Cr\$ 3.722,00
5	Cr\$ 5.135,00

Art. 70 — Ficam automaticamente extintos os cargos que vagarem em decorrência do enquadramento de seus ocupantes no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 07, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 80 — Na estruturação da Carreira do Magistério, Grupo Ocupacional MPP 100, serão válidos como anos adicionais de estudos, para a classificação de professores, os cursos de

aperfeiçoamento, treinamento, atualização ou especialização, promovidos ou reconhecidos pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, desde que ministrados em prazo igual ou superior a nove (9) meses ou para os quais tenha sido exigida frequência igual ou superior a duzentas e cinquenta (250) horas, com aproveitamento devidamente comprovado.

Art. 90 — As despesas decorrentes da execução desta lei serão atendidas conforme o disposto no Art. 109, da Lei Complementar número 07, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

Sobre este projeto de lei, há requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, vazado nos seguintes termos: (lê):

"Requeiro, na forma regimental e na apreciação de segundo turno do projeto de lei número 34/77, a discussão e votação, que incidam preferencialmente sobre o projeto".

Em votação o requerimento.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, na forma do artigo 102, inciso 2 do Regimento Interno, tem preferência na votação, independentemente de manifestação dos Srs. Deputados, as Emendas Substitutivas sobre a Proposição a que se referir, bem como sobre as Aditivas e as Modificativas. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência está se louvando no que dispõe o artigo 103: "A ordem regimental das preferências poderá ser alterada, por deliberação da Assembléia".

E a Presidência toma também, como sustentação, do que dispõe o artigo 170: "Na 2ª, como na 3ª discussão de qualquer projeto, os Substitutivos apresentados terão preferência de votação, seguindo-se a ordem de preferência na apresentação, salvo deliberação contrária tomada pela Assembléia, a requerimento de qualquer Deputado".

Verifica, a Presidência, que, tem apoio regimental o requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Em votação o requerimento. — Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de lei número 34/77, permaneçam como estão. — (Pausa). — APROVADO o projeto. — Conseqüentemente, em discussão a Emenda Modificativa, apresentada com apoio regimental, subscrita pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADA.

Emenda assinada pelos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Nilso Sguarezi com apoio de Plenário. — Em discussão a Emenda. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADA.

Emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça. — Em discussão a Emenda. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADA.

Com a aprovação do Projeto de Lei número 34/77, está prejudicado o Substitutivo Geral apresentado. — APROVADO o projeto e as emendas.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 05/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Obra de Assistência Social Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Floresta, município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 06/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Professores da Escola Santo Antônio, com sede em Ubatã. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por

unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do projeto de lei número 11/77, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a "Creche Lar Feliz", com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 19/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública, a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 20/77, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Recanto da Juventude "Branca Fernandes", com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 29/77, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública, o Centro Espírita "Deus, Cristo e Caridade", com sede na cidade de Primeiro de Maio, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 35/77, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina "Professor Almir Nelson de Almeida, o Ginásio de Desportos Tarumã, desta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 37/77, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública, a "Aliança Cristã e Missionária", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 41/77, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Ponte Leônicio Gomes Primo", a ponte sobre o Rio Cantu, na estrada que liga os municípios de Palmital e Roncador. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 42/77, de autoria dos Deputados Jurandir Messias e Maurício Fruet, que denomina "Ivan Ferreira do Amaral e Silva", a rodovia, que liga os municípios de Guarapuava a Pitanga. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 44/77, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Associação Social Nossa Senhora da Aparecida de Turvo", com sede e foro no município de Guarapuava, Paraná, Distrito de Turvo. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 48/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei número 6015, de 30 de setembro de 1969. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 50/77, de autoria do Deputado Del Ciel, que declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social "CARITAS", com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regi-

me de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 03/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 119/77, aprova os termos aditivos a convênio e termo de convênio celebrados respectivamente, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Araucária, objetivando dar assistência técnica e financeira ao ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 10/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 159/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Toledo, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na assistência técnica e financeira, visando a melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por maioria e favoráveis da CF e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 21/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 126/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Campo Mourão, objetivando assistência técnica e financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 25/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 130/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Cornélio Procopio, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 32/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 147/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Maringá, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 33/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 148/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Nova Esperança, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 52/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 197/77 — aprova acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através

da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Medianeira, destinado à implementação do Projeto Logos II — habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 54/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 202/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o município de Morretes, destinado à implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 56/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 204/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Matelândia, destinado à implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados em exercício nas quatro primeiras séries do Magistério de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 61/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 232/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Cascavel, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 82/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 233/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 85/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 231/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Santo Antônio de Caiuá, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 115/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 153/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Ponta Grossa, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 118/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 160/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Toledo, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 124/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 199/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Palotina, objetivando a implementação do projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 125/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 211/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Assis Chateaubriand, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 126/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 212/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Rolândia, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 127/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 215/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Matinhos, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 128/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 218/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Guaratuba, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 129/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 219/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da

Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Califórnia, objetivando a implementação do Projeto Logo II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 131/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 40/77, ex-Proposição número 295/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 132/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 44/77, ex-Proposição número 298/77, aprova o convênio celebrado com a interveniência do Governo do Estado do Paraná, entre o Ministério de Educação e Cultura e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, objetivando concessão de Bolsas de Estudos a alunos carentes de recursos financeiros. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 133/77, Mensagem número 41/77, ex-Proposição número 301/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, objetivando realização do 1º Curso de Animador Cultural — Formação de Monitores. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 172/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 118/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Araucária, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 230/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 230/77, ex-Proposição número 397/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Pitanga, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 231/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 401/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Medianeira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Manoel Mandrone, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de

urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 232/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 406/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Guairacá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 04/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 11/77, ex-Proposição número 172/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Porto Rico, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 05/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 20/77, ex-Proposição número 181/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 06/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 254/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos em próprio estadual onde funciona o Grupo Escolar São Jorge, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 15/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 259/77, aprova os termos de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Palmital, objetivando execução de reparos em próprios estaduais que específica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 23/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 128/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Castro, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 27/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 133/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Francisco Beltrão, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 28/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 135/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Guaíra, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 29/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 136/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Guarapuava, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 37/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 222/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Curitiba, objetivando transferir recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 68/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 243/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam estabelecimentos de ensino que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 69/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 249/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Guaíra, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Castelo Branco. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 80/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 40/77, ex-Proposição número 297/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização do curso de atualização para professores de classe comum. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 83/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 226/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Altônia, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 84/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 228/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Nova Londrina, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 86/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 240/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Itapejara do Oeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 87/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 242/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Chopinzinho, objetivando a execução de reparos em prédios de estabelecimentos de ensino que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 88/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 244/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paissandu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 89/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 245/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Astorga, objetivando execução de reparos onde funciona a Agência de rendas daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 90/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 246/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Jaguariaíva, objetivando execução de reparos em próprios daquela comuna. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 91/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 247/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Paraíso do Norte, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação daquela comuna. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 92/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 248/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Medianeira, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 93/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 251/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ibaiti, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Monteiro Lobato, na sede daquela comuna. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 94/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 255/77, aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 95/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 258/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Palmital, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 96/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 268/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 97/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 27/77, ex-Proposição número 271/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 116/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 154/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Rio Negro, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 117/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número

56/77, ex-Proposição número 156/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de São José dos Pinhais, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 99/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 45/77, ex-Proposição número 201/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF, objetivando execução de programa visando suprir as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 100/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 283/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Piraí do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 101/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 284/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas, daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 102/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 285/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 103/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 286/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Piraí do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., — em regime de urgência — por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 104/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 287/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Marilena, objetivando execução de reparos em prédios estaduais naquela comuna. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 105/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 290/77, aprova termo de con-

vênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Cruzeiro do Sul, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Emilie Durkheim", no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 106/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 292/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Congonhinhas, objetivando reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 107/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 293/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Floraí, objetivando reparos no prédio onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Floraí. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 112/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 140/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Irati, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 113/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 144/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município da Lapa, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 114/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 150/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Paranavaí, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 119/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 23/77, ex-Proposição número 184/77, aprova termo de ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Paranavaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 120/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 30/77, ex-Proposição número 188/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana no referido município. Pareceres

favoráveis da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 121/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 31/77, ex-Proposição número 189/77, aprova os termos de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Maria Helena, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 122/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 46/77, ex-Proposição número 192/77, aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, objetivando promover a Difusão Cultural em vários municípios do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 123/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 47/77, ex-Proposição número 193/77, aprova os termos de convênio e respectivo termo aditivo celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos, e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com objetivos que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 130/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 220/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Céu Azul, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 134/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 307/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Almirante Tamandaré, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e Posto de Puericultura, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 135/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 309/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Duque de Caxias", na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 136/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 310/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Se-

cretaria da Administração e o Município de BANDEIRANTES, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam as Unidades Escolares, na sede daquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 137/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 311/77 aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BANDEIRANTES, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nóbrega da Cunha, naquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 138/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 312/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de reparos onde funcionam estabelecimentos de ensino localizados na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 139/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 313/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BOCAIÚVA objetivando a execução de reparos em próprios Estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 140/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 315/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CALIFÓRNIA, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 141/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 318/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de CAMPO TENENTE, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 142/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 322/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CORBÉLIA, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 143/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 324/77 aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ouvidor Pardini, naquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 144/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 327/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARANIAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, naquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 145/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 331/77 aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IRETAMA, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 173/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 141/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de IVAIPORÃ, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 174/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PATO BRANCO, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 175/77 de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 176/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 200/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de TOLEDO, objetivando a implementação do Projeto Logos II - Habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 177/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 207/77 aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, objetivando a implementação do Projeto Logos II - Habilitação de professores não titulados, em exercício nas quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 178/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 216/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado

do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de MARILÂNDIA DO SUL, objetivando a Implementação do Projeto Logos II - Habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 179/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 01/77, ex-Proposição no. 269/77 - aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ASTORGA, objetivando execução de obras de controle à erosão, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 180/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 35/77 - ex-Proposição no. 274/77 aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com interveniência das entidades que especifica, objetivando regular aplicação de recursos ao Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 182/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 308/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 183/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 316/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMBARÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 184/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 319/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CARLÓPOLIS, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Fernão Dias. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do projeto de Resolução no. 185/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 320/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CASTRO, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Hospital Bom Jesus, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 186/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 25/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FLO-

RESTA, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 187/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 328/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IBIPORÃ, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Unidade Pio e o Colégio Estadual Olavo Bilac, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 188/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 329/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ipiranga, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 189/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 330/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Iporã, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Oroité. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 190/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 332/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAMBÉ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Olavo Bilac. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 191/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição 344/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARIÓPOLIS, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Escola Bairro Água Azul e o Posto de Saúde, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 192/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 345/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARMELEIRO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Pedro I, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 193/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição 348/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município

de MORRETES, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 194/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 349/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA CANTU, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa e Escolinha do MEC, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 195/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 350/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALOTINA, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 196/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 353/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Helena Viana Sadin, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 197/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 357/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 198/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 360/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de REBOUÇAS, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, como específica, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 199/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 364/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de SANTA AMÉLIA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antônio Lourenço da Luz. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 202/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 373/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAMBOARA, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e a Unidade Sanitária,

na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 204/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 117/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de ARAPONGAS, objetivando assistência técnica e financeira, visando melhoria do ensino do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 206/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 152/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1.o grau, no referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 212/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 201/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PARANAGUÁ, visando a implementação do Projeto Logos II - Habilitação de professores não titulados, em exercício nas quatro primeiras séries do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 213/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 206/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de SABAUDIA, visando Implementação do Projeto Logos II — Habilitação de professores não titulados, em exercício do Magistério, nas quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 216/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 230/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PÉROLA, objetivando transferência de recursos conforme específica, para aplicação na área da Educação Física e Desportos no referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 220/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 41/77, ex-Proposição no. 300/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Funarte, objetivando a realização do IX Festival de Música de Curitiba e do IX Curso Internacional de Música do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira, Accioly Neto e Ezequias Losso, para comporem a Comissão Especial para elaborar a Legislação Supletiva referente à Lei no. 6.146. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Tenente Theodoro de Mattos, ocorrido na cidade de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei no. 54/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Ivan Rüppel, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei no. 79/76. — APROVADO.

A Mesa informa que o prazo para reinclusão vence amanhã. Foi retirado por 30 sessões e amanhã será incluído para a sessão de depois de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que foi compelida a cancelar a sua 29.ª Reunião Anual, a realizar-se na segunda semana de julho na cidade de Fortaleza, em virtude do corte de verbas oficiais e de evidentes pressões governamentais. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito hoje na tribuna deste Poder Legislativo, relacionado com restrições de crédito aos agricultores, aos Srs. Governador do Estado, Secretário do Planejamento e aos Ministros de Finanças e Planejamento, em Brasília. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando sejam juntados os Projetos de Lei nos. 195/74 e 88/76, que conferem o título de Cidadania Honorífica ao ex-Deputado Aldo Laval. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Prefeito Saul Raiz, considerando relatório emitido pelo INPS, com relação a acidentes de trabalho, em referência, e isso após a implantação da Cidade Industrial. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao titular da Pasta da Educação e Cultura, encarecendo que seja efetuado sindicância na Escola Normal e Ginásio Estadual do Município de Maria Helena. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi,

lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, bem como ao Conselho Estadual de Educação, a fim de ser autorizado o Colégio Barddal de Curitiba a alterar a ficha individual de notas e o histórico escolar do aluno Adair Ruthes, que obteve aproveitamento total no curso de Desenhista de Arquitetura, no ano letivo de 1976. APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, e Nilso Sguarezi, Líder do MDB, invocando as disposições regimentais, encarecendo seja constituída uma Comissão Especial, integrada por cinco membros, para investigarem a veracidade das denúncias formuladas por detentos na Prisão Provisória de Curitiba e recentemente noticiadas pela imprensa. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Nelson Buffara e Enéas-Faria, como membros titulares e Maurício Fruet e Adalberto Daros, como suplentes, para comporem a Comissão Especial, que investiga as denúncias de presos, quanto a maus tratos na Prisão Provisória de Curitiba. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine à Secretaria da Educação e Cultura, à SANEPAR, assim como também gestione junto à COPEL, providências sejam levadas a efeito para equacionar diversos problemas verificados na Escola Estadual de Emergência "Santa Rosa", localizada na Vila Santa Rosa. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 3, 10, 21, 25, 32, 33, 52, 56, 61, 82, 85, 115, 118, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 172, 230, 231 e 232/77 e de Lei nos. 34, 5, 6, 11, 19, 20, 29, 35, 37, 41, 42, 44, 48 e 50/77.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções nos. 4, 5, 6, 15, 23, 27, 28, 29, 37, 60, 69, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 204, 206, 212, 213, 216 e 220/77.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 57/77.

Levanta-se a Sessão.